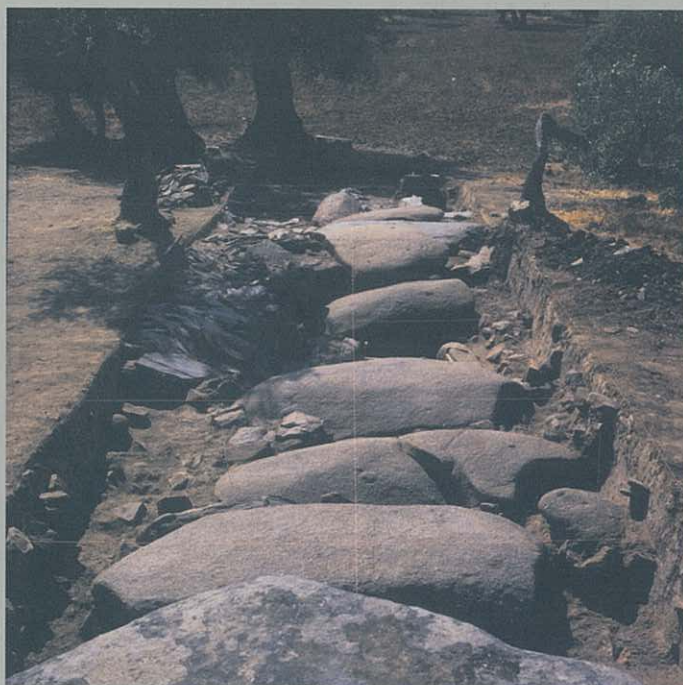


OPHIUSSA



Nº ZERO, 1996

edições colibri

&

faculdade de letras de lisboa, instituto de arqueologia

OPHIUSSA

OPHIUSSA

Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

Nº 1, 1996

Direcção: Victor S. Gonçalves (vsg@mail.doc.fl.ul.pt)

Secretário: Carlos Fabião (cfabiao@mail.doc.fl.ul.pt)

Conselho de Redacção:

Amilcar Guerra

Ana Margarida Arruda

Carlos Fabião

João Carlos Senna-Martínez

João Pedro Ribeiro

João Zilhão

Capa: Artlandia

Endereço para correspondência e intercâmbio:

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras. P-1600-214. LISBOA. PORTUGAL

As opiniões expressas não são necessariamente assumidas pelo colectivo que assume a gestão da Revista, sendo da responsabilidade exclusiva dos seus subscritores.

Nota da direcção:

Devido a circunstâncias de ordem vária, que seria desinteressante enumerar, tão diversas elas são, este número foi preparado para sair em 1995, mas só agora é publicado. Alguns textos foram muito ligeiramente revistos, mas o essencial, incluindo o texto de apresentação, refere-se àquela data, pelo que tem de ser contextualmente entendido.

A periodicidade futura de esta publicação será bienal, sendo o próximo número datado de 2002, com textos entregues até Dezembro de 2001.

No sentido de datar propostas científicas e de situar opiniões expressas, solicitou-se a todos os autores que indicassem nas suas contribuições a data de entrega dos originais, e, sempre que necessário, após o texto, a data de revisão última.

A partir do nº 2, inclusive, as normas de publicação são idênticas às adoptadas pelo Instituto Português de Arqueologia, na sua Revista Portuguesa de Arqueologia (<http://www.ipa.min-cultura.pt>).

Dezembro de 2000

ÍNDICE

ALGUMAS HISTÓRIAS EXEMPLARES (E OUTRAS MENOS)

Victor S. Gonçalves	5
---------------------------	---

A ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL OU O PASSADO PÓS-MODERNO

Mariana Diniz	9
---------------------	---

INTERPRETAÇÃO TECNOLÓGICA E PALETNOGRÁFICA DA OCUPAÇÃO PROTO-SOLUTRENSE DA LAPA DO ANECRIAL (PORTO DE MÓS)

João Zilhão; Francisco Almeida	21
--------------------------------------	----

PARA UMA RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE NEOLITIZAÇÃO EM PORTUGAL

Joaquina Soares	39
-----------------------	----

O MEGALITISMO DA GALIZA. NOTAS PARA UMA BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

Ana Catarina Sousa	51
--------------------------	----

DO ESPAÇO DOMÉSTICO AO ESPAÇO FUNERÁRIO: IDEOLOGIA E CULTURA MATERIAL NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO CENTRO DE PORTUGAL

João Carlos de Senna-Martinez	65
-------------------------------------	----

PASTORES, AGRICULTORES E METALURGISTAS EM REGUENGOS DE MONSARAZ:

OS 4º E 3º MILÉNIOS

Victor S. Gonçalves	77
---------------------------	----

ENDOVÉLICO E ROCHA DA MINA – O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Manuel Calado	97
---------------------	----

A CERÂMICA CAMPANIENSE DO ACAMPAMENTO ROMANO DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)

Carlos Fabião; Amílcar Guerra	109
-------------------------------------	-----

A OCUPAÇÃO ROMANA DO CABEÇO DO CRASTO, S. ROMÃO, SEIA

Amílcar Guerra; Carlos Fabião	133
-------------------------------------	-----

NOVOS CONTRIBUTOS PARA A ARQUEOLOGIA DO ALGARVE ORIENTAL

Victor S. Gonçalves; Ana Margarida Arruda; Manuel Calado	161
--	-----

OS SÍTIOS, «HORIZONTES» E ARTEFACTOS DE VICTOR S. GONÇALVES

Carlos Tavares da Silva	181
-------------------------------	-----

OS SÍTIOS, «HORIZONTES» E ARTEFACTOS DE VICTOR S. GONÇALVES.

Carlos Tavares da SILVA²



Citando o autor, “É na dúvida e na diferença inultrapassáveis entre o real e a amostra arqueológica [...] que devemos construir o nosso campo de trabalho. E transportar, com esta situação presente, o optimismo mínimo necessário para que o exercício possa continuar [...]”

A presente obra desenvolve em oito narrativas ou ensaios a problemática da calcolitização do Centro e Sul de Portugal, tratada, em cada um dos capítulos, segundo uma óptica específica, e focando distintas manifestações da realidade arqueológica.

Eminentemente crítica e polifacetada, tal abordagem encontra na interrogação colocada aos grandes patamares cronológicos, constituídos pela segunda metade do 4º milénio e primeira metade do 3º, o seu fio condutor.

¹ Victor S. Gonçalves. *Sítios, «horizontes» e artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais, Câmara Municipal, 1985, 308 p, 43 Ests.

² Centro de Estudos Arqueológicos – MAEDS.

Um belo livro para ler de um fôlego (não obstante a densidade das suas 308 páginas) e para reflectir demoradamente. Uma revisão crítica das certezas com que nos habituámos a lidar acerca do Calcolítico do Centro e Sul de Portugal, em tempo de dúvida e de desconstrução dos saberes herdados. Mas ao longo do tom interrogativo que atravessa todo o texto, percebe-se a presença de uma forte cumplicidade entre registo empírico e discussão teórica e uma abordagem positiva da realidade arqueológica, que nos é caro sublinhar.

Num primeiro momento, o autor procede a uma análise, de tempo longo, abrangendo as formações sociais camponesas da Península de Lisboa, desde o Mesolítico ao pleno Calcolítico. Evitando leituras lineares e simplistas, desmonta a informação disponível relativa ao Mesolítico de Muge e a sítios do Neolítico Antigo da Península de Lisboa. Conclui a propósito da “contemporaneidade das fases mais evoluídas dos concheiros de Muge com populações neolíticas “que existe forte probabilidade de essa situação corresponder a uma “diversificação económica e social das comunidades mesolíticas eventualmente após a absorção de estímulos exteriores” (p. 26).

Para Victor Gonçalves, “as comunidades mesolíticas aparecem, assim, como grupos especializados que circulam localmente, com um ritmo de evolução muito lento”(p.26), enquanto outros grupos explorariam outro tipo de recursos e territórios mais alargados, de vocação agro-pastoril. A explicação clássica da mudança cultural processada através do modelo difusionista é levantada a propósito do momento da neolitização, e será insistentemente abordada a propósito de outro grande momento de transição – o da passagem do 4º para o 3º milénio.

Outro aspecto que importa realçar neste primeiro ensaio é o reconhecimento de que apenas durante o 4º milénio se assiste ao florescimento das sociedades agro-pastoris. Como se refere em outro capítulo, a afirmação das economias de base agrícola é relativamente tardia no Ocidente Peninsular e só será concluída com a Revolução dos Produtos Secundários. Essa fase de consolidação da economia agro-pastoril é documentada artefactualmente, entre outros itens, pelas taças carenadas, que constituem o principal tema da 3ª narrativa.

Uma importante achega para a polémica taças carenadas/pratos de bordo espessado ou almendrado foi precisamente recuperada pelos trabalhos de campo de Victor Gonçalves. Assim, enquanto níveis do locus 1 da Sala 1, datados da 2ª metade do 4º milénio, forneciam abundantes taças carenadas associadas a pratos de bordo espessado, a estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, datada da 1ª metade do 3º milénio, não oferecem uma única taça carenada, estando presente o prato de bordo espessado. Confirma-se, pois, que a taça carenada, podendo embora prolongar-se pelos inícios do 3º milénio, teve o seu máximo desenvolvimento em meados e na 2ª metade do 4º milénio.

O capítulo 4 é dedicado basicamente à revisão das grutas artificiais da Península de Lisboa, na perspectiva do processo de calcolitização. A abrir, uma citação de Sahlins que, de certa forma, sintetiza a problemática da longevidade de utilização destes sepulcros e da dificuldade de apreensão de uma sequência de múltiplas realidades chegadas até nós, na maior parte dos casos, sob a forma de palimpsesto: “Num certo estruturalismo, a história e a estrutura são antinomias; supõe-se que uma nega a outra. Enquanto na natureza do acto simbólico, diacronia e sincronia coexistem numa síntese indissolúvel”.

A questão central deste capítulo é uma das mais importantes de todo o livro e pode ser assim formulada: “a calcolitização e conseqüentemente o Calcolítico é imposição externa de novos padrões de comportamento determinada por novos ocupantes do espaço do Centro e Sul de Portugal, ou pela evolução interna dos residentes estimulados por influências externas”.

Qualquer uma destas hipóteses é considerada defensável pelo autor que, em contrapartida, recusa uma evolução em circuito fechado.

A preocupação em delimitar fronteiras entre a componente herdada e a adquirida no processo de calcolitização é amplamente abordada.

No que concerne à análise das necrópoles de Alapraia e São Pedro do Estoril, merece particular destaque o debate sobre a reutilização campaniforme no qual Victor Gonçalves exprime sobretudo as incertezas que rodeiam tal problema, em torno dos pólos extremos: as grutas artificiais teriam sido redescobertas pelos utilizadores da cerâmica campaniforme ou, pelo contrário, a sua utilização fez-se sem soluções de continuidade, isto é, citando Victor Gonçalves, “os campaniformes não seriam outros senão os mesmos habitantes do território que numa fase tardia da sua evolução local fabricaram cerâmicas campaniformes”.

Um peso considerável e merecido é dedicado aos artefactos votivos em calcário. Produção de comunidades agro-metalúrgicas que atinge, nas penínsulas de Setúbal e Lisboa, grande diversidade formal, constitui uma das expressões da cultura material mais característica do Calcolítico da Estremadura portuguesa, como é amplamente ilustrado, nomeadamente através do mobiliário do tholos do Pai Mogo, justamente tratado no capítulo 6.

Aceites essencialmente como sendo de fabrico local, esses artefactos revelam um ar de família acentuadamente mediterrânico, muito embora se mostre pouco profícua a tradicional procura de paralelos longínquos, designadamente no Mediterrâneo Oriental.

Os dois últimos capítulos representam, no seu conjunto, excelente síntese sobre os 4º e 3º milénios no Centro e Sul de Portugal.

Ao abordar a questão das cronologias, o autor salienta que o conjunto de datações disponíveis indica um factor novo: “algures na primeira metade do 3º milénio, em anos de calendário, talvez mesmo nos primeiros séculos deste 3º milénio, a implantação dos principais povoados passa a fazer-se em locais muito bem destacados na paisagem, controlando vias naturais de grande importância estratégica, acumulando com essa implantação um processo defensivo até então desconhecido no Ocidente Peninsular: muralhas, torres semi-circulares, ocas ou maciças” (p. 197).

Este aspecto conduz-nos à análise geral da macro-estratégia de povoamento, isto é, da que, ligada directamente ao tipo de implantação do povoado na paisagem, é determinada pelo respectivo modo de produção, no sentido marxista do termo.

Victor Gonçalves contrapõe à preocupação que se faz sentir na 1ª metade do 3º milénio de implantar o povoado em local elevado, com boas condições naturais de defesa e em situação de controlo efectivo do território, “a tendência dominante na 2ª metade do 4º milénio para a instalação em sítios baixos [...], caso do sítio 3 da Torre do Esporão (TESP3)” (p. 202).

Esta mudança, que parece ocorrer na passagem do 4º para o 3º milénios é explicada pelo autor de um modo que nos apraz registar: “Em nenhum momento da evolução das sociedades humanas se construíram muralhas sem a presença, presente, passada ou iminente, de graves confrontações entre grupos ou comunidades. Em todos os casos conhecidos, a emergência de fortificações foi acompanhada pela presença de formas organizativas da sociedade que a encaminharam para a hierarquização” (p. 202).

Mas como se originaram, no Centro de Portugal e no Sudoeste Peninsular essas novas formas organizativas da sociedade? Para mim, que sou um evolucionista de formação marxista, há que procurar na análise do modo de produção que as precedeu, as razões concretas que o conduziram, devido a um processo de contradições internas, ao seu próprio colapso e, conseqüentemente, e a partir dele, à emergência de novo modo de produção, neste caso o Calcólítico. As novas formações sociais, marcadas pelo aparecimento de formas de desigualdade económico-social e na ausência de um poder centralizado, viveriam em clima de grande conflitualidade. Daí, a procura de locais elevados para a implantação dos povoados e sua fortificação.

Para Victor Gonçalves: “Se não parece haver uma colonização oriental do Extremo Ocidente peninsular durante a 1ª metade do 3º milénio no sentido que a palavra colonização ganhará com gregos e fenícios, parece indiscutível que, num dado momento de transição do 4º para o 3º milénio, se desenha no território hoje português uma rede de influências exógenas que, assimiladas localmente, produziram combinatórias diferenciadas” (p. 206).

As duas perspectivas enunciadas não são necessariamente antagónicas podendo mesmo ser complementares em ordem a uma abordagem mais integrada duma realidade que é, à partida, de difícil captação.

Concluindo, direi que se trata de um livro fundamentalmente polémico, por vezes irreverente, profundamente crítico e, sobretudo, muito estimulante. Irá actuar, por certo, sobre o nosso marasmo intelectual como poderoso catalisador ao serviço da reflexão e do debate. Reconhecidos ao Prof. Victor Gonçalves por mais esta importante contribuição para o conhecimento da nossa Pré-História, não podemos deixar de estender esse mesmo sentimento à Câmara Municipal de Cascais que louvamos vivamente pelo interesse que tem dedicado, numa atitude de vanguarda e de inteligência, à defesa e divulgação do Património Arqueológico.